



**GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades**

**ISSN 2177-3688**

**PROJETOS DE HUMANIDADES DIGITAIS E JUSTIÇA SOCIAL EM ÁFRICA**

***DIGITAL HUMANITIES PROJECTS AND SOCIAL JUSTICE IN AFRICA***

**Gabriel de Melo Vieira** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Franciéle Carneiro Garcês da Silva** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

**Priscila Machado Borges Sena** – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) UFRGS

**Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo investigar projetos em Humanidades Digitais nos países africanos de língua portuguesa (PALOP) voltados para a justiça social, registrados na literatura científica africana. Trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva, exploratória, com procedimento documental e bibliográfico, de natureza qualitativa, e seu universo é composto por 10 artigos. Como resultado, observa-se que a Justiça de Gênero é a esfera mais recorrente da Justiça Social nos projetos encontrados na pesquisa. Isso sugere que o foco se voltou para as questões de gênero, especialmente no que diz respeito ao combate à violência e a favor da equidade de gênero.

**Palavras-chave:** justiça social; humanidades digitais; PALOP; inovação.

**Abstract:** This research aims to investigate projects in Digital Humanities in the PALOP aimed at social justice, recorded in the African scientific literature. This is an applied, descriptive, exploratory research, with a documentary and bibliographic procedure, of a qualitative nature, and its universe is composed of 10 articles. As a result, it is observed that Gender Justice is the most recurrent sphere of Social Justice in the projects found in the research. This suggests that the focus has turned to gender-related issues, especially with regard to combating violence, and in favor of gender equity.

**Keywords:** social justice; digital humanities; PALOP; innovation.

## **1 INTRODUÇÃO**

O avanço constante dos sistemas de informação digital em rede e o grande volume de dados, aplicativos e *softwares* disponíveis têm impulsionado o surgimento de novos tópicos e métodos de investigação nas humanidades. Nesse contexto, as Humanidades Digitais (HD) surgiram como um subcampo em destaque, abrindo novas possibilidades de análise e interpretação de dados. De fato, as HD têm recebido atenção crescente no ensino superior nos últimos anos, sendo reconhecida como um campo de estudos para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais na era digital (CLEMENT; CARTER, 2017).

Nos últimos anos, os estudiosos de humanidades têm colaborado com cientistas da computação para desenvolver ferramentas que ajudem no trabalho das humanidades digitais. Embora essa colaboração seja datada em 1949, quando Roberto Busa, um jesuíta e teólogo italiano, procurou ajuda de Thomas J. Watson, fundador da IBM, para indexar as obras de Tomás de Aquino, o uso da tecnologia para aprimorar a pesquisa humanística não é novo. Busa e Watson demonstraram que as funções de busca e classificação do computador eram ferramentas atraentes para certos aspectos da pesquisa, embora seu objetivo não fosse a contagem de palavras, mas sim a interpretação doutrinária da teologia e filosofia moral de Aquino. Desde então, as humanidades e a computação têm se entrelaçado cada vez mais, primeiro em experimentações e depois na criação de uma infraestrutura sustentável para os estudos em humanidades. Esse encontro entre as humanidades e o digital ofereceu novas abordagens para a pesquisa, levantando questões sobre a natureza das humanidades e abrindo novos métodos de investigação (GARDINER; MUSTO, 2015).

Apesar de as tecnologias de informação e comunicação sempre tenham sido utilizadas pelos humanistas, o trabalho de informação no contexto dos dados digitais e sistemas de informação em rede apresenta uma ampla variedade de atividades que são novas para as humanidades. Essas atividades envolvem o desenvolvimento e a implementação de algoritmos, codificação, geração de estatísticas, reuniões virtuais, redes sociais, testes de usuários, além de bancos de dados, *softwares*, *web* e desenvolvimento de visualização. (CLEMENT; CARTER, 2017)

Conceitualmente, as Humanidades Digitais são um campo de pesquisa que promove a intersecção entre diversas disciplinas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas com recursos computacionais. Essa convergência permite explorar novas formas de produção de conhecimento no ambiente digital (PIMENTA, 2020). Assim como outros estudiosos de humanidades, muitos humanistas digitais se dedicam ao trabalho de informação necessário para apoiar a pesquisa com dados, métodos e ferramentas digitais, enquanto outros profissionais são geralmente treinados como intelectuais acadêmicos e muitos deles atuam como professores no ensino superior. No campo informacional, tais estudiosos de humanidades digitais estão buscando teorizar os sistemas de informação digitais em rede e visam conectar sua formação em humanidades com teorias relacionadas a temas como organização, comportamento e recuperação da informação, sistemas sociotécnicos, interação humano-computador, trabalho cooperativo apoiado e sistemas de informação; áreas de

investigação nos campos como os estudos de informação (CLEMENT; CARTER, 2017). Dentre os temas pesquisados, sobretudo que enfoquem o combate às injustiças sociais e articulem a justiça social e suas esferas (justiça informacional, justiça racial, justiça de gênero e justiça ecológica) às HD, podemos encontrar curadoria digital e inovação em HD (POOLE, 2017), perspectivas indígenas e HD (COCQ, 2021), sustentabilidade, inovação e HD (CROMPTON, 2023), só para elucidar alguns.

Ao observarmos a relação entre as Humanidades Digitais (HD) e a Ciência da Informação (CI), fica evidente que ambas têm interesse em utilizar tecnologia para facilitar a mediação, uso e acesso à informação, contribuindo para solucionar problemas sociais. Um desses problemas é a urgência em combater as injustiças sociais, informacionais e epistêmicas que promovem desigualdades e colocam diversas populações em lugares de subordinação e sub-representação. As injustiças ocorrem quando uma pessoa ou grupo é tratado de forma injusta dentro das sociedades, o que pode resultar em perda de oportunidades de diferentes esferas (acesso à educação, conhecimento da história de seu povo, moradia e trabalho dignos, assistência médica, entre outros.). Dentre as causas dessas injustiças, estão o racismo, as desigualdades (sociais, econômicas, políticas, informacionais, etc.), a misoginia, o sexismo, a LGBTQIAfobia e a discriminação contra determinados grupos sociais e étnico-raciais. Tais injustiças concretizam social e epistemicamente, a riqueza, poder e autoridade de uns grupos em detrimento de outros, o que resulta em injustiças estruturais (VIEIRA; SENA; SILVA, 2023).

Os pesquisadores Bharat Mehra (2015a, 2015b) e Kay Mathiesen (2015) compreendem a justiça social como tratar indivíduos e grupos sociais de forma justa e igualitária por meio de conscientização e ações comunitárias. Os movimentos sociais, que são grupos que propõe estrategicamente ações sociais coletivas para manifestar suas necessidades, têm buscado corrigir e impedir a continuação de injustiças informacionais, históricas e epistêmicas sofridas por grupos considerados “outros” pela cultura hegemônica, utilizando a justiça social como meio para reparação epistêmica, histórica e social. Dessa forma, a pesquisa científica no campo informacional, voltada para grupos historicamente vulneráveis (cultural e informacionalmente), juntamente com as HD, pode produzir conhecimento que promove o desenvolvimento pessoal desses grupos, seu aprendizado e suas relações sociais (VIEIRA; SENA; SILVA, 2023).

Quando pensamos em grupos sobre os quais ainda necessitam ser investigados dentro dos estudos informacionais, os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) ainda estão

incipientemente representados na produção científica de tais pesquisas. Ante o exposto, a pesquisa parte do seguinte questionamento: *quais os projetos em Humanidades Digitais, registrados pela literatura científica, que são voltados para a justiça social nos países africanos de língua portuguesa (PALOP) e a que tipo de justiça se referem?* Com vistas a responder à pergunta, foi estabelecido como **objetivo geral investigar os projetos em Humanidades Digitais nos PALOP voltados para a justiça social, registrados na literatura científica africana.** Como objetivos específicos, visa: a) *Mapear, por intermédio da literatura científica africana, os projetos vinculados à justiça social nos PALOP;* b) *Descrever os projetos mapeados encontrados;* e c) *Categorizar os projetos conforme as esferas em justiça social (justiça informacional, justiça de gênero, justiça ecológica, justiça racial, justiça da deficiência etc.).* Para fins de elucidação, são apresentadas as esferas da justiça social e aspectos conceituais direcionadores deste trabalho (Quadro 1).

**Quadro 1** – Quadro conceitual da Justiça social e suas esferas.

DESCRIÇÃO	CONCEITO
JUSTIÇA SOCIAL	A justiça social busca uma sociedade com distribuição equitativa de recursos e onde todos as pessoas estejam seguras e protegidas física e psicologicamente. Uma vez que a justiça legal se converte em justiça social, todos os atores da sociedade têm o mesmo valor, e, portanto, suas ações devem ser em conformidade com a lei beneficiando igualmente a todos. No âmbito educacional, a justiça social envolve ao analisar, por exemplo, as razões e os meios pelos quais os alguns ambientes escolares agem de forma injustas com estudantes de um grupo social. (BARZOTTO, 2003; BELL, 1997; WIEDEMAN, 2002)
JUSTIÇA DE GÊNERO	A Justiça de gênero conecta gênero, direito e justiça, favorecendo as contribuições da teoria crítica feminista para diversos campos do conhecimento, especialmente no entendimento da igualdade e da justiça social. Pode ser definida como processos legais equitativos que não privilegiam os homens e reconhecem as formas de injustiça que as mulheres enfrentam. Pensando em um ideal de sociedade, este deveria ser sem distinção de gênero, apoiado nos valores essenciais da justiça liberal e igualitária: igualdade de oportunidades e a importância da escolha individual de cada pessoa. (GHEAUS, 2011; MCKAY, 2000; SOUSA, 2021).
JUSTIÇA INFORMACIONAL	A justiça informacional reflete as três maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a informação, além de ser responsável por fornecer informações e justificativas para as tomadas de decisões. Para alcançar a justiça informacional, é necessário tratar as pessoas como fontes e sujeitos informativos, além da distribuição de informações de forma justa e igualitária (MATHIESEN, 2015; REGO, 2004).
JUSTIÇA ECOLÓGICA	A justiça ecológica envolve a busca por justiça entre os humanos e o mundo natural. Ela busca garantir proteção e consideração para todos os seres integrantes do nosso sistema ecológico. Busca dar garantias legais ao mundo não humano e o reconhecimento dos direitos ecológicos, onde membros da comunidade podem agir como protetores da lei e porta-vozes da natureza não humana. (BARRY, 2001; BORILE; CALGARO, 2020; ARIZIO, 2016)
JUSTIÇA RACIAL	A justiça racial busca o tratamento justo para todos os grupos racializados nas sociedades e a reparação de injustiças sociais, epistêmicas, políticas, educacionais racializadoras e colonizadoras de grupos étnico-raciais (negros, africanos) historicamente colocados às margens das sociedades ocidentais (HUMAN AND CIVIL RIGHTS, 2018; BLACK, 2023).

Fonte: Elaborado pelas autorias (2023).

Como justificativa, enquanto campo de pesquisa, a articulação entre HD, tecnologia e justiça social pode contribuir de maneira inovadora para organizar, preservar, recuperar e disseminar informações *para as* e reparar injustiças ocorridas *com as* populações subrepresentadas nas sociedades.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa parte da estrutura conceitual e ferramentas teóricas de justiça informacional, de Mathiesen (2015), de justiça social (MEHRA, 2015a, 2015b) e de justiça de gênero e justiça racial (AUSTIN, 2019; 2020; BLACK, 2023) em Ciência da Informação (SILVA *et al.*, 2021, 2022), aliada aos estudos em Humanidades Digitais (GARDINER; MUSTO, 2015). É uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva de cunho exploratório, de procedimento documental e bibliográfico e abordagem de pesquisa de caráter qualitativo. Dessa forma, a coleta foi realizada na base de dados *Web of Science* com o uso de estratégias de buscas com os termos “humanidades digitais”, “justiça social”, “justiça informacional”, “justiça racial”, “justiça ecológica” e “justiça de gênero” em inglês, português e espanhol, sem delimitação temporal, conforme apresentado no Quadro 2 abaixo. Foram recuperados 175 documentos, dos quais foram selecionados **dez artigos** que abordam a justiça social, informacional e de gênero nos países de PALOP.

**Quadro 2** – Estratégias utilizadas na coleta.

ESTRATÉGIAS DE BUSCAS	QTD.	PAÍSES DE PALOP
ALL= (social justice)	135	NC
ALL= (social justice AND digital humanities)	25	Angola, Papua Guiné e Moçambique
ALL= (digital humanities)	8	Papua Guiné e Moçambique
ALL= (informational justice AND digital humanities)	2	Moçambique
ALL= (racial justice AND digital humanities)	NC	NC
ALL= (gender justice AND digital humanities)	5	Moçambique
ALL= (ecological justice AND digital humanities)	NC	NC

**Fonte:** Elaborado pelas autorias (2023).

## 3 RESULTADOS E ANÁLISE

Nos dez artigos selecionados para análise neste trabalho, foram identificados cinco projetos referenciados em seus escopos, sendo eles: Os projetos de “Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica” e “MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento” descritos no artigo “*The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique* [O impacto do multilinguismo na denúncia da

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB  
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

violência doméstica em Moçambique]”, autoria de Georgina Heydon e Eliseu Mabasso. O projeto “NAMATI”, apresentado no artigo “*Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique* [Transformando Política em Justiça: o papel dos defensores de saúde em Moçambique]”, escrito por Ellie Feinglass, Nadja Gomes e Vivek Maru. E por fim, os projetos “*ActionAid International*” e “*Stop Violence Against Girls in School*” relatado em “*Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique* [Conceituando gênero e violência na pesquisa: insights de estudos em escolas e comunidades no Quênia, Gana e Moçambique]”, de Jenny Parkes e colaboradores. No Quadro 3 uma breve descrição dos projetos é apresentada, e os tipos de justiça que se enquadram em seus escopos.

**Quadro 3 – Descrição de projetos e seus conceitos**

<b>Título do projeto</b>	<b>Descrição do projeto</b>	<b>Referência do artigo</b>	<b>Justiça a qual se vincula</b>
<b>Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica</b>	Criado nos anos 2000 pela Polícia da República de Moçambique (PRM) os gabinetes de consulta especial foram desenvolvidos na intenção de melhorar o atendimento de mulheres e crianças como respostas às violências de gênero (HEYDON; MABASSO, 2018)	HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. <b>Language matters</b> , Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018.	Justiça de Gênero
<b>MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento</b>	Criada em 1991, é uma organização dedicada a combater a violência de gênero, buscando eliminar desigualdades entre homens e mulheres. Com uma abordagem integrada, atua em três frentes que se reforçam mutuamente, visando reduzir a incidência dessa violência e promover igualdade de oportunidades socioeconômicas (MULEIDE, 2023).	HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. <b>Language matters</b> , Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018.	Justiça de Gênero
<b>NAMATI</b>	Criado em 2012, conta com apoio jurídico para fazer cumprir a lei ambiental, garantir direitos de saúde e cidadania, e empoderar cidadãos. Busca defender mudanças sistêmicas no país e políticas mais eficazes no combate ao suborno (FEINGLASS; GOMES; MARU, 2016; NAMATI, 2023)	FEINGLASS, Ellie; GOMES, Nadja; MARU, Vivek. Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique. <b>Health and human rights</b> , [s.l.], v. 18, n. 2, p. 233, 2016.	Justiça Informacional; Justiça Ecológica
<b>ActionAid International</b>	É uma iniciativa antipobreza fundamentada nos direitos humanos que considera “as causas subjacentes da pobreza e da injustiça são de gênero” reconhecendo assim, a interseção entre gênero, pobreza e injustiça	PARKES, Jenny <i>et al.</i> Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. <b>International Journal of</b>	Justiça de Gênero

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**  
**Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

---

	(ACTIONAID, 2011, p. 10; PARKES et al, 2013).	<b>Educational Development</b> , [s.l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013.	
<b>Stop Violence Against Girls in School</b>	Criado em 2008, esse projeto tem como objetivo garantir que meninas possam desfrutar plenamente de seus direitos à educação e participação em um ambiente livre de violência em áreas distintas em Gana, Quênia e Moçambique.	PARKES, Jenny <i>et al.</i> Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. <b>International Journal of Educational Development</b> , [s.l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013.	Justiça de Gênero

**Fonte:** Elaborado pelas autorias (2023).

Com base nos projetos identificados, foi possível observar que a Justiça de Gênero é a esfera de justiça social mais recorrente nas pesquisas, com três projetos. Em seguida aparecem a Justiça Ecológica e a Justiça Informacional, com um projeto para cada uma das esferas. Isso sugere que as atenções de pesquisas têm se voltado para questões relacionadas à gênero, principalmente no que se refere ao combate à violência contra mulher e meninas. Além disso, também foi possível observar um movimento em prol da equidade entre mulheres e homens. É possível inferir que tais pesquisas podem ser um dos reflexos da busca pela implementação da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, haja vista que, como projeto de nível internacional, dentre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o objetivo 5 se refere à “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”<sup>1</sup>, assim como o objetivo 10, o qual busca as dirimir as desigualdades e a promover oportunidades aos sujeitos nas sociedades sem quaisquer impedimentos por pertencimento étnico-racial, de gênero, origem, pertencimento religioso, condição econômica, entre outros<sup>2</sup>.

No que tange à Justiça Ecológica e à Justiça Informacional, essas abordagens visam fornecer apoio jurídico para assegurar direitos relacionados à saúde e cidadania, bem como promover mudanças sistêmicas no país e estabelecer políticas e leis mais eficazes na luta contra a corrupção. Do mesmo modo, subsidiar conhecimento para tomar medidas que combatam as desigualdades sociais, informacionais e políticas, e ainda combatam a mudança climática e seus impactos. Ao analisar a justiça informacional, a luta está contra os sistemas de opressão que permitem o acesso à informação por parte de uns, e mantêm outros sem

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5> Acesso em: 02 jul. 2023.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10> Acesso em: 06 jul. 2023.

informação para exercício cidadão de forma justa, sobretudo no que concerne à informação em saúde e o desenvolvimento de políticas em saúde. Isso vai de encontro aos princípios da justiça informacional estabelecidos por Silva *et al.* (2022), justamente porque a falta de acesso à informação está estruturada por relações de poder entre as elites, consideradas ricas em informação, e os grupos sociais e étnico-raciais informacionalmente vulneráveis, considerados aqueles em estado de pobreza em informação (BUTCHER, 2009). Neste caso, a justiça informacional visa a compreensão de contextos e construção de estratégias para que se revertam as injustiças no acesso à informação e haja enfrentamento das lógicas capitalistas de manutenção de desigualdades informacionais (SILVA *et al.*, 2022). Enquanto isso, a justiça ecológica visa solucionar impasses socioambientais contemporâneos ao mesmo tempo em que visa o equilíbrio entre a relação entre meio ambiente, seres humanos e preservação ambientais (BORILE; CALGARO, 2020).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como considerações finais, e em resposta ao objetivo geral proposto, investigar os projetos em Humanidades Digitais nos PALOP voltados para a justiça social, registrados na literatura científica africana, os resultados desta análise evidenciam que a temática da Justiça de Gênero desponta como a esfera de Justiça Social mais presente nas pesquisas. Isso se deve ao interesse da comunidade acadêmica em investigar questões relacionadas às desigualdades e as violências de gênero. Quanto as demais esferas, foram constatados esforços em fornecer meios para garantir os direitos dos cidadãos.

Com base nas informações anteriormente apresentadas, os resultados desta pesquisa têm o potencial de fazer contribuições significativas para a promoção da equidade e inclusão nas sociedades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Esta contribuição ocorre ao direcionar a atenção para grupos socialmente marginalizados e questões relacionadas à Justiça Social que podem ter sido previamente subestimadas ou negligenciadas. Além disso, essas descobertas ampliam a compreensão das interseções entre Justiça Social e as Humanidades Digitais, proporcionando uma base sólida para pesquisas futuras que investiguem o papel da inovação e da inovação aberta no desenvolvimento de projetos com foco na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos os seus membros. Além disso, ao relacionar as pesquisas identificadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o trabalho demonstra como esses projetos estão



alinhados com um esforço global para alcançar metas importantes, como igualdade de gênero e redução de desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ARIZIO, Silvia Helena. **Reflexões sobre a justiça ecológica e sua importância acerca dos direitos das águas**. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016.

AUSTIN, Jeanie. Restorative justice as a tool to address the role of policing and incarceration in the lives of youth in the United States. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s.l.], v. 52, n. 1, p. 106-120, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000618787979>. Acesso em: 22 jun. 2023.

AUSTIN, Jeanie. Representative library collections as a response to the institutional oppression of LGBTQ Youth of color. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 91-111, 2019. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/32269/24690> Acesso em: 22 jun. 2023.

BARRY, John. Rethinking Green Politics, London; Greening Liberal Democracy: Practice, Theory and Political Economy. In: BARRY, John; WISSENBURG, M. (ed.). **Sustaining Liberal Democracy: Ecological Challenges and Opportunities**, Basingstoke, 2001. p. 59–80.

BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social-Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica da Presidência**, [s.l.], v. 5, n. 48, 2003.

BELL, Lee. Theoretical foundations for social justice education. In: ADAMS, M.; BELL, A; GRIFFIN, P. (ed.). **Teaching for diversity and social justice: A sourcebook**. New York: Routledge, 1997. (p. 3-15)

BLACK, Kimberly. Justiça social e Biblioteconomia e Ciência da Informação Antirracista. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39918/30643> Acesso em: 22 jun. 2023.

BORILE, Giovani Orso; CALGARO, Cleide. Fundamentos da justiça ecológica. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 1-22, 2020.

BUTCHER, Matthew P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009.

CLEMENT, Tanya E.; CARTER, Daniel. Connecting Theory and Practice in Digital Humanities Information Work. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 68, n. 6, p. 1385-1396, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23732>

COCQ, Coppélie. Revisiting the digital humanities through the lens of Indigenous studies—or how to question the cultural blindness of our technologies and practices. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 73, n. 2, p. 333-344, 2021.

CROMPTON, Constance. “No Boutique or Fashionable Technologies”: Project Development, Mentorship, and Sustainability in an Innovation-First World. **Digital Humanities Quarterly**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://dhq-static.digitalhumanities.org/pdf/000660.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**  
**Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

---

FEINGLASS, Ellie; GOMES, Nadja; MARU, Vivek. Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique. **Health and human rights**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 233, 2016.

GARDINER, Eileen; MUSTO, Ronald G. **The Digital Humanities**: a primer for students and scholars. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GHEAUS, Anea. Gender justice. **Journal of Ethics & Social Philosophy**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-28. 2011.

HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. **Language matters**, Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018.

HUMAN AND CIVIL RIGHTS. **Racial justice in education**: resource guide. Pensilvânia: NEA, 2018.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044> Acesso em: 20 jun. 2023.

MCKAY, Susan. Gender justice and reconciliation. **Women's Studies International Forum**, [s.l.], v. 23, n. 5, p. 561–570, 2000.

MEHRA, Bharat. Introduction: Social Justice in Library and Information Science & Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015a. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610075> Acesso em: 20 jun. 2023.

MEHRA, Bharat. Social Justice in Library and Information Science and Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179–197, 2015b. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/89744> Acesso em: 20 jun. 2023.

MULEIDE – Muleidem, **Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento**. Disponível em: <https://muleidem.org.mz/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

NAMATI. **Namati**. Disponível em: <https://namati.org/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

POOLE, Alex H. “A greatly unexplored area”: Digital curation and innovation in digital humanities. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 68, n. 7, p. 1772-1781, 2017.

PARKES, Jenny et al. Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. **International Journal of Educational Development**, [s.l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013.

REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. **Revista de administração contemporânea**, [s.l.], v. 8, p. 151-177, 2004.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, et al. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, ANCIB, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, et al. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, ANCIB, 2022.

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**  
**Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

---

SOUSA, Maria Eliane A. Justiça de Gênero: uma possível interpretação à luz das esferas de justiça de Michael Walzer. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, [s.l.], n. 3, p. 97-111, 2021.

VIEIRA, Gabriel de Melo Vieira; SENA, Priscila Machado Borges; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês. A Justiça social em projetos de Humanidades Digitais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS – HDRio, 3., 2023, Rio de Janeiro. **Anais**. [...] Rio de Janeiro: HDRio, 2023. (No Prelo)

WIEDEMAN, Claudia Ramirez. Teacher preparation, social justice, equity: A review of the literature. **Equity & Excellence in Education**, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 200-211, 2002.